



Recomendações do Chipre sobre Avaliação Inclusiva

Mais de 150 representantes de 29 países, reuniram-se na Conferência «Processo de Avaliação em Contextos Inclusivos» organizada pelo Ministério da Educação do Chipre em colaboração com a Agência Europeia, realizada nos dias 23 e 24 de Outubro de 2008, em Limassol, Chipre. A conferência marcou o fim de um trabalho de três anos sobre políticas e práticas de avaliação em contextos inclusivos.

Este documento representa o resultado dos debates e das conclusões e apresenta recomendações dirigidas a legisladores e profissionais, para o desenvolvimento de processos de avaliação que suportem a inclusão.

As mensagens deste documento orientam-se na linha das principais declarações internacionais sobre necessidades educativas especiais, designadamente a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Incapacidades (2006).

Os Representantes afirmaram que em todos os países ...

... O processo de avaliação, procedimentos, métodos e instrumentos são um factor crucial para apoiar a aprendizagem de todos os alunos, incluindo os identificados com necessidades educativas especiais;

... A avaliação pode facilitar ou obstaculizar o processo de inclusão. Geralmente, os processos de avaliação e a prática inclusiva estão inter-relacionados;

... Embora se reconheça o papel do diagnóstico nos procedimentos de avaliação inicial das NEE, é necessário abandonar o enfoque no diagnóstico e na afectação de recursos (muitas vezes decidida por pessoas exteriores à escola) e colocar a ênfase na avaliação contínua, conduzida por professores e outros profissionais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem;

... É necessário desenvolver sistemas eficazes de avaliação contínua e de avaliação formativa em escolas regulares: dar às escolas e aos professores instrumentos de avaliação dirigidos a todos os alunos, incluindo os que apresentam necessidades educativas especiais, e também de identificação das necessidades de outros alunos.

Os Representantes acordaram ...

... Sobre o conceito de *Avaliação Inclusiva*. Uma avaliação em contextos educativos concebida, em termos das políticas e das práticas, para promover, tanto quanto possível, a aprendizagem de todos os alunos;

... Que o objectivo geral da avaliação inclusiva é, ao nível das políticas e procedimentos, apoiar e fortalecer a inclusão e a participação – física, social e académica – de todos os alunos vulneráveis à exclusão e especialmente dos que apresentam necessidades educativas especiais;

... Que os princípios que sustentam a avaliação inclusiva são:

- Todos os procedimentos de avaliação devem focalizar-se na promoção das aprendizagens;
- Os alunos devem ser envolvidos na definição dos procedimentos de avaliação nos quais vão participar;
- Todos os alunos devem ser envolvidos nos procedimentos de avaliação, os quais devem



ter fiabilidade, validade e ser adaptados para responder às necessidades específicas de cada aluno;

- Todos os procedimentos de avaliação devem respeitar os princípios do desenho universal de forma a permitir que todos os alunos tenham a oportunidade de demonstrar os resultados, competências e conhecimentos atingidos;
- As necessidades dos alunos com necessidades educativas especiais devem ser tomadas em conta em todos os normativos legais sobre educação em geral e sobre avaliação;
- Os procedimentos de avaliação devem ser complementares;
- Todos os procedimentos de avaliação devem ter em conta a diversidade identificando e valorizando os progressos no processo de aprendizagem e os resultados alcançados;
- Todos os procedimentos de avaliação devem ser coerentes e orientados para apoiar o processo de ensino e de aprendizagem;
- A avaliação inclusiva tem por finalidade explícita prevenir a segregação evitando – tanto quanto possível – atribuição de rótulos, focalizando-se em práticas de ensino e de aprendizagem que promovam a inclusão.

... Esta prática inovadora em avaliação inclusiva revela boas práticas de avaliação para todos os alunos.

... Que a avaliação *para a* aprendizagem – o meio através do qual os alunos reflectem sobre a sua própria aprendizagem e dão feedback aos seus professores de forma a, conjuntamente, definem os próximos passos da sua aprendizagem – é uma abordagem que apoia a avaliação inclusiva.

Os Representantes recomendam que ...

... Todos os alunos sejam envolvidos e tenham oportunidades de participar no desenvolvimento, implementação e avaliação dos seus próprios objectivos e planos de aprendizagem (programa educativo individual);

... Os pais sejam envolvidos e lhes seja dada a oportunidade de contribuir para a definição de procedimentos de avaliação que envolvam os seus filhos;

... Os professores usem a avaliação para a aprendizagem como um meio de melhorar a aprendizagem de todos os alunos. Isto implica definir objectivos para os alunos e com os alunos (a par com estratégias eficazes de ensino para um dado aluno) bem como dar feedback aos alunos sobre a aprendizagem, de modo a responder às suas necessidades e a apoiar a sua aprendizagem;

... Que as escolas implementem um plano de avaliação que descreva as finalidades, os papéis e os responsáveis pela avaliação bem como uma clara definição sobre a forma como a avaliação é usada para apoiar as diferentes necessidades de todos os alunos;

... Equipas de avaliação multidisciplinares – não importa a sua composição profissional – trabalham para apoiar a inclusão e o processo de ensino e de aprendizagem de todos os alunos;

... As políticas e procedimentos apoiam e fortalecem a inclusão e a participação de todos os alunos, incluindo os vulneráveis à exclusão, particularmente os alunos com necessidades educativas especiais;



... A legislação sobre a avaliação deve promover uma efectiva implementação da avaliação inclusiva.

Limassol, Chipre, Outubro de 2008